

12 JAN 1994

JORNAL DA TARDE

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
 Av. Eng.º Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tácito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveira S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

CPI - Orça munto Faxina geral

Ao descobrir indícios veementes de envolvimento do governador de Brasília, Joaquim Roriz, num esquema de recebimento e distribuição — a sete deputados distritais — de dinheiro de origem suspeita, a CPI chegou finalmente àquele que é sem dúvida o principal foco de corrupção: o Poder Executivo, em todos os seus níveis. É nessa direção que devem caminhar agora as investigações — que não podem terminar com essa CPI —, sob pena de se manter praticamente intacta a vasta rede montada na administração pública para saquear o Tesouro.

Não é mais preciso, a esta altura, insistir na enorme importância da CPI do Orçamento. Não se pode perder de vista, porém, que ela, apesar de seu impacto político, apenas arranhou o problema da corrupção. Por mais revoltante que seja o envolvimento de deputados e senadores — alguns deles figuras de projeção nacional — nesse escândalo, não se deve esquecer que os “anões” e seus cúmplices tinham acesso a uma parcela ínfima do Orçamento, não maior do que 3% do total. O grosso das verbas orçamentárias é manipulado pelo Executivo — seja a União, sejam os Estados, sejam os municípios.

Para nos atermos apenas ao caso da União, as grandes obras e os grandes contratos são planejados, decididos e executados pelos vários ministérios. Eles é que montam as concorrências e fazem as liberações de verbas da maior parte do Orçamento aprovado pelo Congresso. É aí que se dão as grandes negociações com o dinheiro público, é aí que estão os tubarões. Deixando-se de lado o aspecto moral, em termos puramente financeiros os “anões” e seus cúmplices são café pequeno. Além da faxina moral que, esperamos, ela promoverá, se suas recomendações forem acatadas pelos plenários do Senado e da Câmara, o grande mérito da CPI do Orçamento foi ter levantado o véu da corrupção.

Mas o País não pode abrir mão de uma “Grande CPI” do Executivo. Focos de corrupção nessa área

já foram atacados, alguns com êxito, outros nem tanto. A Previdência tem sido um caso de êxito. O ataque à quadrilha que embolsou centenas de milhões de dólares do INSS no Estado do Rio já levou à cadeia mais de uma dezena de implicados, entre eles um magistrado. E a CPI da Previdência acaba de descobrir mais uma quadrilha que, pelos cálculos iniciais, deu à União prejuízos de cerca de US\$ 1,5 bilhão. Somas inimagináveis para os “anões”.

O mesmo não se pode dizer das investigações sobre um dos mais monumentais “ralos” da República: as estatais. Já está comprovado que, nos últimos três anos, essas empresas desviaram ilegalmente para os fundos de pensão de seus funcionários nada menos que US\$ 3,7 bilhões. Como se vê, quanto mais se mexe no Executivo, mais crescem em progressão geométrica os números do assalto ao contribuinte. Até agora, contudo, nada se fez com relação aos macroescândalos das estatais. Nenhum processo, nenhuma punição. Nem mesmo uma demissão. Ou seja, apesar do inegável progresso feito no combate à corrupção, caíram na rede apenas as sardinhas.

O governo criou uma comissão para investigar a corrupção no âmbito do Executivo, mas não há grande entusiasmo com relação aos seus resultados, pois dificilmente ela poderá penetrar na poderosa rede de cumplicidade e interesses corporativos com a qual a burocracia federal se defende. O Congresso também, com os amplos poderes que têm as CPIs, está na obrigação de entrar nessa seara. E não se pode esquecer que é indispensável investigar a fundo igualmente as irregularidades existentes no Judiciário, a respeito das quais começam a se multiplicar as denúncias. A faxina tem de ser geral, pois do contrário perderemos a melhor oportunidade que se apresentou até hoje para obrigar os políticos e os mais diversos servidores do Estado a adotar padrões éticos de comportamento dignos de um país civilizado.